

OS SENTIDOS DO TRABALHO E OS ASPECTOS PEDAGÓGICOS DA RELAÇÃO TRABALHO-EDUCAÇÃO NA PRÁTICA EDUCATIVA DE PROFESSORES DE ESCOLAS DE ASSENTAMENTOS DO MST EM MINAS GERAIS

Adilene Gonçalves **Quaresma** – UNA e FACSAL

Introdução

A relação trabalho-educação, segundo Trein; Ciavatta (2003) é um tema tratado desde o século passado pela economia política burguesa e marxista. Até os anos de 1970, predominavam no Brasil estudos ligados à economia da educação e à formação profissional e técnica. A partir de 1980, o tema trabalho e educação aparece vinculado ao processo de superação do autoritarismo e comprometido com as lutas dos trabalhadores por maior participação política e econômica. O tema dominante nas discussões sobre a profissionalização, a preparação para o trabalho e a educação do trabalhador, era o trabalho como princípio educativo e a politecnia.

A partir dos anos de 1990 a nova organização do trabalho e as novas formas de trabalho: part time, informal, terceirizado, em domicílio, cooperado, correspondem ao modelo de organização flexível do trabalho na nova fase do capitalismo, o neoliberalismo e os termos polivalência, multifuncional, competência, empregabilidade, passam a ser referência para a formação do trabalhador.

No que se refere a uma das formas atuais de exploração, Dal Rosso (2008) apresenta o processo de intensificação do trabalho. O autor diz que a expressão “trabalhos” vem substituindo a expressão emprego sendo que:” [...] os novos “trabalhos” contêm graus superiores de intensidade. Eles não têm a jornada definida permanentemente, mas horários flexíveis conforme a necessidade da empresa.”(DAL ROSSO, 2008, p. 13).

No paradigma dos “trabalhos”, além da polivalência, o trabalhador fica a depender da quantidade de tarefas executadas, não de salário contratado; os “trabalhos” não estão mais vinculados a postos; o trabalhador agora chamado de operador deve deslocar-se continuamente entre várias funções; eles não têm a jornada definida, o que aumenta a intensidade do trabalho.

A partir de 2001, portanto, o tema ampliou-se e apresenta uma complexidade maior à medida que as investigações empíricas recaem sobre o enfoque dado pelos empresários, o enfoque sindical e, também, sobre o imbricamento entre o público e o privado. Nesse

sentido, o trabalho de Rummert (2000) apresenta os diferentes discursos que explicitam as concepções de educação básica de qualidade formuladas pelas entidades representativas dos empresários e dos trabalhadores. (TREIN;CIAVATTA, 2003).

Porém, mesmo inserido no contexto contraditório do capitalismo, ainda existem razões que tornam o trabalho e a relação trabalho-educação objetos de investigação. Segundo Machado (2005):

Trabalho e Educação não são dois objetos do pensamento que possam ser classificados, a rigor, como elementos ou noções simples. Um já contém o outro antes mesmo de colocados em associação. O Trabalho ao ir ao encontro da Educação já traz Educação dentro dele e vice-versa: a Educação ao ir ao encontro do Trabalho também já leva o Trabalho dentro de si. No entanto, cada um tem funções sociais específicas, que não se confundem, nem se anulam. (MACHADO, 2005, p. 129)

Esse conter um no outro é o que estabelece a relação e as possibilidades de integração. Nesse sentido, tomar o trabalho como elemento de análise no processo de formação humana requer apreender os aspectos pedagógicos que possibilitam essa integração, bem como os recursos e estratégias didáticas necessárias.

Além das razões acima apresentadas que justificam tomar o Trabalho como categoria de análise, segundo Lucáks (1979), o trabalho é o ponto de partida da humanização do homem; e acrescenta que durante longo tempo o trabalho se apresenta como o único âmbito desse desenvolvimento humano e que todas as demais formas de atividade do homem só se apresentaram como autônomas após o trabalho ter atingido um nível relativamente elevado. Sem dizer que as demais atividades se ligam ao trabalho, fala sobre a prioridade ontológica do trabalho, sem, contudo estabelecer hierarquias: “interessa-nos exclusivamente afirmar que tudo aquilo que no trabalho e através do trabalho surge de expressamente humano constitui, precisamente, aquela esfera do humano sobre a qual – direta ou indiretamente – baseiam-se todos os valores.” (LUCÁKS, 1979, p. 87).

Sendo assim, um processo formativo, no qual a categoria trabalho constitui-se como princípio educativo abre a possibilidade de reflexão sobre as posições teleológicas primárias e secundárias, levando a compreender se estas se constituem, como

emancipação ou como exploração dos trabalhadores e o que precisa ser feito para evitar a exploração e construir alternativas de emancipação.

Nesse caminho, quanto às questões que desafiam o debate e que requerem mais atenção do GT Trabalho-educação no âmbito teórico e prático, apresentadas por Trein; Ciavatta (2003, p.159), destaca-se a seguinte: tematizar suficientemente as alternativas de concepção e de ação para a construção de uma nova sociedade, perguntando, por exemplo: **“Quais as propostas que emergem da sociedade brasileira e que se contrapõem ao modelo vigente? Que tipo de desenvolvimento estaria contido nas propostas que vêm sendo elaboradas pelos trabalhadores, através do movimento social organizado (sindicatos, MST e administrações municipais de corte democrático popular)”**.

O texto apresenta a análise da relação trabalho-educação na prática educativa de escolas de assentamento do MST, em Minas Gerais. O artigo resulta de pesquisa realizada no Doutorado, concluído em fevereiro de 2011. O referencial teórico compreende discussões de CIAVATTA; TREIN (2003), LUCÁKS (1979), RUMMERT (2000), MACHADO (2005), MANACORDA (2006), MST (2005), PISTRÁK (1988, 2009); FRIGOTTO (2009) e OLIVEIRA(2005) .

O tema será abordado a partir dos seguintes tópicos: o trabalho como princípio educativo no mundo moderno; o trabalho como princípio educativo para o MST e a relação trabalho-educação: alguns aspectos da prática educativa em escolas de assentamento do MST em Minas Gerais.

O trabalho como princípio educativo no mundo moderno

A educação no século XIX pode ser expressa nas seguintes palavras: universalização, gratuidade, estatização, laicidade e renovação cultural com o aparecimento da questão do trabalho e sua relação com a educação.

A Revolução Industrial e o modelo capitalista que se estrutura no século XIX, pressupõem a intervenção da ciência como força produtiva. Além de transformarem o modo de vida das pessoas, da cidade e do campo, mudam também, as condições e as exigências de formação humana.

No século XIX aprofunda-se o debate em torno da relação trabalho-educação, ainda sob a dualidade estrutural e a dicotomia instrução e trabalho que desde o Egito Antigo vem

se fazendo presente nas sociedades, assim como a disputa com a igreja pelo controle da educação. (MANACORDA, 2006)

No campo político-social, a universalização, a estatização e a laicização cumprem o papel de reorientar a escola em função dos ideais do Estado e da sociedade; enquanto o princípio do trabalho, de reorientar a formação, em função do processo produtivo. Dessa forma, portanto, a grande marca da pedagogia moderna é a relação da educação com o trabalho.

Tal relação contém duas dimensões, uma que remete o trabalho ao campo produtivo e outra ao da atividade, da experiência. Segundo Manacorda (2006), Robert Owen (1771-1858), na Escócia, foi o criador do Instituto para a Formação do Caráter Juvenil, que previa classes para a infância, destinadas aos filhos de operários com uma formação que combinava instrução geral e instrução para o trabalho. Friedrich Froebel (1782-1852), como o precursor das escolas infantis na Alemanha, toma a atividade como referência na composição dos conteúdos de ensino.

Também à educação elementar atribui-se a necessidade de preparar para o trabalho. Para Michel Saint-Martin, professor de Física e Química em Chambéry na Savóia, escolas de agricultura, escolas de comércio, escolas de artes e ofícios, sociedades de estímulo em favor da indústria e das artes manuais, se instituem e se multiplicam; o ensino primário abandona os velhos trilhos do latim, e em todo lugar a ciência dos fatos vai se tornando principal, enquanto a ciência das palavras, acessória. (SAINT-MARTIN citado por MANACORDA, 2006, p. 286). As escolas técnicas e as universidades também integram o princípio da atividade, do trabalho, da ciência e da técnica e colocam em segundo plano as ciências das artes, das palavras e do pensamento e em primeiro plano as ciências físicas, naturais e exatas. Em todos os países europeus discute-se, legisla-se e trabalha-se para criar escolas que atingissem todas as classes produtoras com conteúdos científicos e técnicos.

Dessa forma, a integração da educação com o trabalho conta com um processo, nas universidades, de especialização de áreas de conhecimento. Outra área de conhecimento a sofrer influências desse princípio educativo, orientado pelo trabalho, foi a Educação Física, que sofre um renascimento trazendo, ao lado do tema do trabalho físico, os cuidados com o corpo. Segundo Manacorda (2006) de Pestalozzi a Owen e, também em Marx, a educação física aparece como reivindicação no processo formativo. No contexto que se coloca o novo princípio educativo, ou seja, o trabalho,

“seja qual for o julgamento valorativo, este é um grande fato inovador, laico, enquanto valoriza o físico, e democrático enquanto coloca o homem à disposição de si mesmo.” (MANACORDA, 2006, p. 289).

Nesse cenário do século XIX, no qual os Estados Nacionais, em processo de constituição e afirmação perante a sociedade, buscavam organizar o sistema educacional público e ao mesmo tempo enfrentar a igreja católica, que luta pelo controle da educação, outra corrente de pensamento se faz presente: o socialismo.

A partir de Marx, o socialismo busca se definir como científico e em relação à educação apresenta uma concepção que integra instrução intelectual, educação física e tecnológica, que transmita os fundamentos científicos gerais de todos os processos de produção.

Porém, anterior à relação instrução e trabalho, o que se põe em debate no contexto do final do século XIX e início do século XX, é a relação da educação com a sociedade, ou seja, que papel a educação teria que cumprir, tendo em vista, as transformações sociais? Do humanismo descomprometido para o cientificismo aplicado, a questão que se coloca é como fazer com que a educação contribua para o processo de transformação ou manutenção da sociedade que se constitui a partir das Revoluções Francesa e Industrial? No campo da Pedagogia Moderna, dois aspectos dessa relação educação-sociedade aparecem como fundamentais, segundo Manacorda (2006, p. 304).

O primeiro é a presença do trabalho no processo da instrução técnico-profissional, que agora tende para todos a realizar-se no lugar separado, “escola”, em vez do aprendizado no trabalho, realizado junto aos adultos; o segundo é a descoberta da psicologia infantil com suas exigências “ativas”. Estes dois aspectos têm entre si relações mais profundas do que possa parecer a uma primeira consideração, embora na prática essas duas exigências pedagógicas sejam divergentes como já vimos. Estes dois aspectos disputam o grande e variado movimento de renovação pedagógica que se desenvolve entre o fim dos Oitocentos e início dos Novecentos, na Europa e na América.

A entrada do trabalho na educação se dá, portanto, por dois caminhos: um é pelo “desenvolvimento objetivo das capacidades produtivas sociais e o segundo é a moderna descoberta da criança, ou com diz Manacorda (2006):

O trabalho entra de fato, no campo da educação por dois caminhos, que ora se ignoram, ora se entrelaçam, ora se chocam: o primeiro caminho é o desenvolvimento objetivo das capacidades produtivas sociais (em suma, da revolução industrial), o segundo é a moderna “descoberta da criança”. O primeiro caminho é muito duro e exigente: precisa colocar algo de novo no velho aprendizado artesanal, precisa de especializações modernas. O segundo caminho exalta o tema da espontaneidade da criança, da necessidade de aderir à evolução de sua psiquê, solicitando a educação sensório-motora e intelectual através de formas adequadas, do jogo, da livre atividade, do desenvolvimento afetivo, da socialização. Portanto, a instrução técnico-profissional promovida pelas indústrias ou pelos Estados e a educação ativa das escolas novas, de um lado, dão-se as costas, mas, do outro lado, ambas se baseiam num mesmo elemento formativo, o trabalho, e visam ao mesmo objetivo formativo, o homem capaz de produzir ativamente (MANACORDA, 2006, p. 305).

A relação educação-sociedade e os dois aspectos a ela ligados, ou seja, a presença do trabalho no processo de instrução técnico-profissional e as exigências “ativas” para a formação das crianças constituem-se, até hoje, no século XXI, com algumas polêmicas e indefinições, como princípio orientador da educação em todos os níveis de ensino.

O produzir ativamente pode ser entendido em vários sentidos e nas várias dimensões do desenvolvimento humano, ou seja: afetivo, social, cultural, profissional, tecnológico, econômico, político, etc. Assim, entende-se que o princípio da atividade/trabalho constitui-se atual e não foi abandonado pelas perspectivas pedagógicas liberal-burguesa e socialista. O comum nestes dois caminhos é o princípio da atividade. Para a formação técnico-profissional, a atividade de trabalho, com relação direta com o processo produtivo e para a infância, a atividade enquanto ação, interação do sujeito com os objetos, com os elementos naturais e sociais do meio, que acabam cumprindo, também, o papel de preparar para o trabalho. “O próprio trabalho, nessas escolas, não se relaciona tanto ao desenvolvimento industrial, mas ao desenvolvimento da criança: não é preparação profissional, mas elemento de moralidade e, junto, de modalidade didática.” (MANACORDA, 2006, p. 305). Permeiam então, a relação trabalho-educação, duas dimensões: o trabalho-produtivo e o trabalho enquanto atividade, enquanto produção cultural e social.

O trabalho como princípio educativo para o MST

O MST no Dossiê MST-Escola, considera que o trabalho é princípio educativo, pois: “o trabalho é o que define a diferença básica entre os seres humanos e os animais. As pessoas são o que são, principalmente, em função do tipo de trabalho que fazem e do jeito que se organizam para executar este trabalho.” (MST, 2005, p. 90).

Acredita que o trabalho educa formando a consciência das pessoas, produzindo conhecimentos, criando habilidades e provocando necessidades humanas superiores. Entende que o trabalho tem uma dimensão educativa e outra deseducativa, tendo em vista, a sociedade na qual este se configura, ou seja, “são as relações que as pessoas estabelecem com o trabalho e entre si, para realizá-lo, os elementos determinantes ou não do seu caráter mais educativo ou mais deseducativo.” (MST, 2005, p. 92).

Nesse sentido, o trabalho entra na escola pela sua potencialidade pedagógica; “porque a escola pode tornar o trabalho dos alunos mais plenamente educativo” e “é o local para realizar a reflexão sobre o mundo do trabalho.” (MST, 2005, p. 93) Assim, à pergunta: Para quê uma escola do trabalho? A resposta é: “O MST, enquanto organização de trabalhadores que lutam pela Reforma Agrária, precisa ter na escola um instrumento a serviço dos desafios que a luta coloca para todos nós” (MST, 2005, p. 94), uma vez que não reconhecem a escola oficial como um instrumento que contribui para a formação dos trabalhadores rurais para o enfrentamento da luta pela terra. Portanto, através da relação entre escola e trabalho, o MST (2005, p. 94-95) quer: “a) chamar a atenção e dar ênfase ao sentido social da escola num acampamento ou assentamento; b) educar para a cooperação agrícola; c) preparar para o trabalho; d) desenvolver o amor pelo trabalho e pelo trabalho no meio rural; e) provocar a necessidade de aprender e de criar; f) preparar as novas gerações para as mudanças sociais.”

Em relação ao como fazer a escola do trabalho e aos princípios dessa relação, inicialmente o documento diz que ninguém deve esperar receitas. Sendo cada acampamento e assentamento uma realidade específica, cabe a cada um descobrir o jeito de fazer esta escola e apresenta algumas atividades pedagógicas para a integração com o trabalho, indicando como leitura a obra de Pistrak (1981), *Fundamentos da Escola do Trabalho*. Em relação ao como fazer, as atividades são as seguintes:

- Trabalhos Domésticos, ligados à limpeza, ao preparo da alimentação, à busca de água onde ainda não existe encanamento. Aqui “os alunos (se bem orientados) vão adquirir hábitos de higiene, noções de estética, disciplina, responsabilidade e também vão desenvolvendo o valor do trabalho de cada um seja menino ou menina, no bem estar do coletivo” (MST, 2005, p. 96).

- Trabalhos ligados à administração da escola, tais como a organização da secretaria, da biblioteca, das finanças.

- Trabalhos ligados à produção agropecuária, como uma horta, uma lavoura ou uma criação de animais. Ressalta que aqui depende das condições objetivas e do que se quer, pois o trabalho deve atender a uma necessidade real e não configurar-se como uma brincadeira. Nesse sentido, o trabalho na horta, por exemplo, deveria resultar em alimentos para a escola, para as famílias e servir para a aprendizagem de técnicas de cultivo, visando à capacitação dos educandos em horticultura.

- Trabalhos diversos ligados a outras áreas de produção. São trabalhos de produção para o mercado interno no assentamento e depois para o mercado externo nas áreas de agroindústria, eletrônica, marcenaria, tecelagem. A orientação é de que estas atividades aconteçam a partir da 5º ano do Ensino Fundamental.

- Trabalhos ligados à cultura e à arte. Compreendem atividades ligadas à organização de grupos musicais, de teatro ou de dança, que façam apresentações, inclusive em comunidades vizinhas. Estas atividades possibilitam que sejam “desenvolvidas atividades de fato como trabalho, no sentido da disciplina dos ensaios, da busca permanente da perfeição, do compromisso com o público, da especialização, (...) importância do envolvimento dos alunos na organização das festas do assentamento: datas históricas da luta, festa da produção, festas populares na região, etc.” (MST, 2005, p.97)

Em relação aos princípios e estratégias pedagógicas para estabelecer esta relação, estes são:

- Tempo de trabalho e tempo de estudo: compreende a ideia de que “as experiências de trabalho real dos alunos não podem diminuir o tempo de estudo dos conteúdos de ensino.” (MST, 2005 p.97) É, pois necessário aumentar o tempo de permanência dos alunos na escola.

- Ensino ligado ao trabalho, mas não só isso, ou seja, deve existir vinculação direta entre o tempo de estudo e o de trabalho, pois “A prática concreta vai levantar muitas questões a serem aprofundadas e tratadas cientificamente, e o professor precisa prestar atenção e incluí-las na sua lista de conteúdos” (MST, 2005, p. 97). A sugestão é que os professores organizem Temas Geradores e Conteúdos, a partir dos quais, “tratem das questões ligadas à produção, à organização do trabalho não só da escola, mas do conjunto do assentamento e da própria sociedade” (MST, 2005, p. 97). Aqui o que se recomenda é que as questões ligadas à política, cultura, arte, história, ao mundo em geral, integrem os programas de ensino e que o estudo do trabalho não se limite ao estudo da atividade trabalho, mas da categoria político-econômica e social trabalho, ou seja, ao discutir o processo produtivo de um determinado produto, esse processo de conhecimento deve considerar todo o processo produtivo até chegar ao consumidor, considerando as questões sociais, políticas, econômicas, ambientais, etc. Também, na experiência da *Escola-comuna* (PISTRAK, 2009) esta discussão aparece.

- Trabalho adequado a cada idade e com aumento gradativo de responsabilidades. Aqui é adequar a cada idade as atividades, garantindo que as tarefas sejam reais e não de faz-de-conta. “É preciso adequar o trabalho às capacidades, incluindo sempre um desafio a mais para estimular o avanço, e sendo rigoroso na cobrança da qualidade de cada tarefa.” (MST, 2005, p. 98) Na *Escola-comuna* este princípio estava presente e o controle das tarefas em quantidade e qualidade se fazia através de registros em cadernos e avaliações por parte dos educadores com o auxílio dos monitores em cada auto-serviço, oficina e nas atividades na fábrica.

- Trabalho e jogo. Deve ser garantido o tempo para o jogo e para as brincadeiras, sendo importante que os alunos possam distinguir quando uma atividade é “séria” e quando é “brincadeira”.

- Trabalho na escola e trabalho no assentamento. Segundo o Dossiê MST-Escola (MST, 2005, p. 98), na maioria dos assentamentos as crianças participam de algum trabalho produtivo. Sendo assim, as atividades de trabalho devem ser articuladas entre escola e assentamento, para que um não atrapalhe o outro.

- O trabalho dos professores e outros trabalhadores da Escola: significa que a organização do trabalho não diz respeito apenas aos alunos, ela envolve os professores e, nesse sentido, uma questão importante é o trabalho em equipe. O professor deve

inserir-se no trabalho em equipe, pois “os alunos não podem conviver com o exemplo de um professor que trabalha sozinho.” (MST, 2005, p. 98)

A cooperação e democracia situam-se como bases na escola do trabalho propostas pelo MST e estas compreendem a Gestão Democrática da Escola; a auto-organização dos alunos e o trabalho coletivo. Em relação à gestão democrática, esta precisa compreender os seguintes elementos: participação da comunidade (assentados e acampados) na direção da escola; organização de um coletivo que seja responsável pelo planejamento, execução e avaliação das atividades da escola; espaço específico de auto-organização dos alunos, para exercitarem a gestão do seu coletivo e participarem do coletivo maior da gestão da escola.

Para a concretização da participação da comunidade e organização de um coletivo responsável pelo planejamento, execução e avaliação das atividades da escola, o Dossiê MST-Escola diz que a comunidade deve ser chamada para planejar as grandes e pequenas ações do dia a dia da escola, como por exemplo: que conteúdos e habilidades precisam ser reforçados? Qual a relação entre as atividades da escola e do assentamento? Quais atividades culturais serão promovidas pela escola? Quais os critérios de avaliação serão adotados pela escola? Etc.

Quanto à auto-organização dos alunos, esclarece que a expressão auto-organização, está sendo tomada emprestada de Pistrak, para identificar o processo de constituição do coletivo dos alunos na escola. Sendo que coletivo não significa turma, mas “união de pessoas em torno de interesses e objetivos comuns, dos quais têm consciência e para os quais se organizam, dividem tarefas, responsabilidades, resultados” (MST, 2005, p. 101).

A relação trabalho-educação: alguns aspectos da prática educativa em escolas de assentamentos do MST em Minas Gerais

A pesquisa de campo, realizada em 2009, foi dividida em duas etapas. A primeira objetivou analisar a compreensão dos professores e alunos sobre o processo de execução do Projeto Político-Pedagógico e a segunda a compreensão que estes tinham sobre o trabalho, a relação trabalho-educação e como era a prática educativa para estabelecer a relação entre trabalho e educação. Para a coleta dos dados, foram aplicados 118 (cento e

dezoito) questionários, com 19(dezenove) questões fechadas, para alunos e 21(vinte e um) questionários, para professores, com 35 (trinta e cinco) questões abertas e fechadas. Foram realizadas, também, 22 (vinte e duas) entrevistas com professores, diretores, alunos e lideranças dos assentamentos, sendo analisados e utilizados trechos de 12 (doze) entrevistas. Os alunos, professores e diretores pertencem a três escolas de Ensino Fundamental com turmas do 1º ao 9º ano e do 1º e 2º segmento de Educação de Jovens e Adultos/EJA.

A análise dos dados da pesquisa de campo seguiu orientação de Oliveira (2005) na qual foram consideradas duas categorias gerais: O **Projeto Político-Pedagógico em construção** e a **Relação trabalho-educação na prática educativa**. Tendo em vista o objetivo do presente artigo, faz-se aqui a discussão apoiada nos dados da Categoria Geral 2: A relação trabalho-educação na prática educativa. Nessa categoria foram reunidas as subcategorias abaixo explicitadas.

Categoria 1: Concepção da relação trabalho-educação

Os dados revelaram uma compreensão do trabalho como atividade importante que se realiza no cotidiano, na família e a na sociedade em geral; como atividade que compreende ações de organização da própria escola, como organização da sala, armários e cuidado com a horta; discussão sobre a história do trabalho na sociedade; com atividades que envolvem os alunos em trabalhos coletivos em sala e comunitários no assentamento; através de estudos de textos, com materiais que fazem parte do trabalho no campo; atividades práticas na horta; visitas às áreas de trabalho dentro do assentamento, percepção de como a atividade de trabalho transforma o meio natural e social, cooperação em sala e, mais especificamente, na disciplina horticultura que foi inserida no currículo, tendo em vista possibilitar o princípio filosófico-pedagógico do MST de integração da educação com o trabalho no campo, ou seja, trabalho como categoria social, trabalho como atividade prática que se traduz em ações diversas e cotidianas e como categoria histórico-social e que se realiza coletivamente.

Assim, a relação trabalho-educação toma uma dimensão mais ampla, considerando a dimensão cultural e social do trabalho, do que apenas uma forma de aquisição de habilidade técnica para a aquisição de uma profissão, mas uma atividade humana que perpassa toda a vida do ser humano e seus diversos espaços de atuação, sendo discutida

desde as turmas de educação infantil até as de EJA. Alguns trechos de entrevistas revelam também esta compreensão:

Trabalho enquanto uma atividade humana que a gente precisa realizar socialmente. Não como esse trabalho que a gente não consegue nem saber que sentido tem para a gente, na vida da gente. (...) - (Educadora do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental).¹

Categoria 2 - Conteúdos específicos que estabelecem relação com o trabalho

Segundo os alunos as disciplinas, atividades e conteúdos que estabelecem relação com o trabalho são: Prática Agrícola, Matemática, Português, Geografia, Artes, História, Horticultura, Educação Religiosa, Projeto de Tempo Integral, Inglês, alguns debates a respeito e atividade da vendinha.

Na disciplina de Matemática, os conteúdos que estabelecem relação com o trabalho são as contas, porcentagem que estão presentes no dia a dia e medida de área que utilizam na roça; também foi citado cálculos em circunferência, calcular perímetro; bem como conteúdos que levam à compreensão de toda a contabilidade dos produtos que são comercializados. Verifica-se uma referência aos conteúdos de matemática ressaltando a relação dos mesmos com o cotidiano, com o mercado de trabalho e com o trabalho na roça.

Na disciplina de Práticas Agrícolas indicaram o aprendizado sobre a produção de alimentos saudáveis, sem o uso de agrotóxico, pois fazem mal à saúde e também como trabalhar com a terra sem prejudicar o solo e utilizar o adubo orgânico; cultivo de sementes e uso de equipamentos de primeiros socorros.

Na disciplina de Português indicaram que aprenderam: pronunciar melhor as palavras, pontuação, copiar na linha certa. A relação com o trabalho aqui estaria no fato de melhorar a comunicação no ambiente de trabalho e saber escrever, tendo em vista, as diversas situações de escrita que podem ocorrer no ambiente de trabalho.

Na disciplina de Geografia indicaram: as atividades dentro de sala que abordaram temáticas como: aquecimento global e reciclagem. Também indicaram a internet que facilitou muito o mundo do trabalho, até mesmo nos trabalhos escolares.

¹ Entrevista concedida à pesquisadora no dia 11 de setembro de 2009.

O entendimento da categoria trabalho vai além de uma atividade técnica que produz mercadorias, mas que também transforma o ambiente, trazendo problemas para o mesmo, bem como novas formas de trabalho, como o trabalho de catadores de latinha, mencionado por alguns como um trabalho digno.

Na disciplina de Artes indicaram o trabalho com artesanato. Indicando a produção de um bem cultural, mas também de uma mercadoria.

Segundo os professores, os conteúdos das disciplinas que estabelecem relação com o trabalho são: em Matemática: gráficos de retas e setores, que visam trazer informações de interpretações de diversas situações, por exemplo, distribuição da população de uma determinada comunidade; a produção de determinado produto em relação à degradação do meio ambiente; distribuição das terras de uma determinada região ou país, etc.; distribuição da riqueza populacional, etc., distribuição demográfica e outros; porcentagem que busca desenvolver concepções de forma a acompanhar, numa linguagem matemática, como se dá o desenvolvimento de determinados assuntos, como, por exemplo: Economia – quanto reduziu ou aumentou determinado preço, numa visão de porcentagem; distribuição de adultos e crianças do assentamento.

Em Horticultura foram indicados: Agricultura Sustentável e Meio Ambiente com trabalhos práticos e com os seguintes objetivos: levar o aluno a se responsabilizar mais com os projetos da agricultura e conscientizar-se sobre a importância da conservação do meio ambiente.

Em História foram indicados: Os imigrantes em Minas Gerais e atividades desenvolvidas de pesquisa de campo sobre a Lei de Terras, divisão de terras, trabalho livre e trabalho escravo e transição para o Capitalismo.

Em Geografia² foram indicados: Meio Ambiente e Trabalho que se dá através do trabalho sustentável de forma que não venha a trazer degradação ao ambiente; globalização e trabalho com o foco na inserção do jovem no mercado de trabalho, considerando as dificuldades e a concorrência.

Para os professores vários conteúdos trabalhados estabeleceram relação com o trabalho. Desde conteúdos que objetivam o domínio de procedimentos, como no caso de alguns conteúdos da matemática, como aqueles que visam à aquisição de conceitos e atitudes, tratados a partir, por exemplo, das temáticas: Agricultura sustentável, meio ambiente,

² Em entrevista concedida à pesquisadora no dia 10 de setembro de 2009.

trabalho livre/trabalho escravo, ou seja, revelam uma compreensão da categoria trabalho enquanto atividade produtora de bens materiais e sociais, atividade que se desenvolve no processo de transformação natural e social nas diversas relações que são estabelecidas entre homem-natureza-sociedade-homem.

Na experiência da Escola-Comuna, segundo Pistrak (2009) e, também, no Dossiê MST-escola, a relação trabalho-educação, considera as atividades diversas de administração e limpeza da escola, oficinas e unidades de produção, a relação dos conteúdos das disciplinas com os mesmos e com a fábrica (na Escola-Comuna) e com as diversas dimensões (política, social, cultural, econômica, etc.) da categoria trabalho na sociedade. Outra questão é que na Escola-Comuna, esta relação pressupõe o questionamento do modo de produção capitalista, bem como a necessidade de superação da mesma. Não foram identificadas tais questões nas entrevistas e nos momentos de observação nas escolas.

Categoria 3- Recursos didáticos e a relação com o trabalho

Os recursos didáticos que continham conteúdos e possibilidades de relação com o trabalho, segundo os alunos, foram: Livros didáticos, filmes e revistas, revista Semeando, atividades no quadro, textos, palitos, litros descartáveis, casinhas de madeira. Segundo os professores, os recursos são os seguintes: livros de 5ª, 6ª e de 7ª série da escola tradicional; metodologia que contextualiza os assuntos relacionando-os à realidade; apresentação dos temas, discutindo-os em forma de trabalhos de grupos; apresentações em forma de seminário; Cartilhas didáticas da (o): CONCRAB, EMATER, IBAMA, SEBRAE, Pastoral da Criança; Internet; enxadas, pás, regadores, foices e facão; revistas, filmes e textos paradidáticos; cascas, folhagens, sementes, fibras de bananeira, etc.

Ressalta-se que vários tipos de recursos foram indicados e isso é positivo não só pela variedade, mas pelas características de cada recurso e pelas diversas possibilidades de abordagens da temática. Porém, percebe-se que a maioria destes recursos não atende à discussão sobre o trabalho na terra na perspectiva apontada no projeto de educação do MST, ou seja, se esta discussão aparece, ela depende da formação e do trabalho individual do educador. Daí a necessidade de um investimento significativo nesta formação.

Categoria 4- Capacidades e habilidades adquiridas na relação trabalho-educação estabelecida na escola

As habilidades adquiridas, segundo os alunos, foram: como lidar com o solo e divisão de contas; pesos e medidas; como trabalhar com o solo, os cuidados com agrotóxico para trabalhar na terra.

Em relação à disciplina de Horticultura Básica³, na entrevista com o grupo de alunos do 6^o e do 9^o ano do Ensino Fundamental, todos disseram que gostam da disciplina e que aprendem a: cortar canteiro, fazer manejo da terra, semear, limpar e cuidar das hortaliças; levam o que aprendem para suas famílias e o que produzem ajuda a escola, pois esta não precisa comprar verduras e hortaliças para a merenda.

Segundo os professores os alunos aprendem, desde cedo, o valor que os trabalhadores rurais têm, aprendem a cultivar de forma correta o solo, respeitando os limites que há entre o homem e meio ambiente. Eles são preparados para manterem o interesse pela terra; sabem como foi feita a Lei de Terras, a divisão de terras no Brasil; compreendem o que é o trabalho livre e o trabalho escravo.

Em relação às capacidades aprendidas na escola e utilizadas no trabalho no campo, um educando diz que uma delas é a capacidade de planejar e assim se expressa:

Na roça você tem que planejar sim, você tem que planejar o que você vai ter lucro. No meu caso, por exemplo, eu olhei aqui a minha área e planejei, eu planto banana, eu vendo, então eu planejei, eu formei uma quadra. (...) Então foi o meu planejamento e aí eu vou ganhar tempo (...). (Trabalhador rural/assentado e educando da EJA II segmento).⁶

³ Esta disciplina foi inserida no currículo, tendo em vista, concretizar o princípio da relação da educação com o trabalho no campo.

⁴ Entrevista com grupo de alunos do 6^o ano do Ensino Fundamental concedida à pesquisadora no dia 15 de outubro de 2009.

⁵ Entrevista com um grupo de alunos do 9^o ano do Ensino Fundamental concedida à pesquisadora no dia 15 de outubro de 2009.

⁶ Entrevista concedida à pesquisadora no dia 23 de agosto de 2009.

Categoria 5: Outros aspectos da prática educativa que estabelecem relação com o trabalho

Segundo os professores, outros aspectos da prática educativa na sua disciplina que estabelecem relação com o trabalho, são: levar para a sala de aula assuntos relacionados ao meio em que vivem; desenvolver assuntos que contribuem para uma vida mais saudável e trabalhar projetos que estimulem os alunos a se entusiasmarem e buscarem mais informações; o uso que alguns educandos fazem do que produzem nas aulas de artes como fonte de renda; projeto coleta de dados sobre a produção do Assentamento.

A compreensão da categoria trabalho, nessa perspectiva, para alunos do Ensino Fundamental e da EJA, possibilita a compreensão de outras questões que envolvem problemas de ordem social, ambiental, econômica, cultural, ética, enfim, amplia o processo de formação ao promover o debate de questões que envolvem o trabalho no mundo atual, ou seja, existe uma articulação com questões culturais, sociais, econômicas e ambientais que envolvem o mundo do trabalho. Porém, não foram observadas, nos dados coletados, referências às discussões em torno do conflito capital-trabalho na sociedade capitalista, nem em relação ao embate com o agronegócio que o MST realiza atualmente.

Considerações Finais

As considerações finais a partir do exposto são as seguintes: o trabalho ainda é princípio educativo no século XXI; o MST tem uma compreensão dos sentidos e da pedagogia da relação trabalho-educação que resgata as experiências no campo socialista; ao indicarem as disciplinas de: Português, Matemática, História, Geografia, Artes, Práticas Agrícolas, Horticultura, Educação Religiosa e Inglês e atividades como vendinha e o Projeto de Tempo Integral, como disciplinas, conteúdos e atividades que estabelecem relação com o trabalho, os alunos apresentam uma compreensão da relação trabalho-educação para além de preparação técnica e instrumental, mas de apreensão dos conteúdos sociais e culturais dessa categoria; os recursos didáticos indicados, também, apontam uma ideia ampla da categoria trabalho e a transversalidade da mesma a partir da relação com as questões sociais e ambientais. Mas não há uma discussão sobre o conflito capital-trabalho e terra posto no contexto atual, o que levaria a uma discussão dos aspectos que envolvem as questões políticas e econômicas ligadas ao

trabalho na sociedade capitalista. Porém, acredita-se que a relação trabalho-educação estabelecida a partir das disciplinas, atividades, conteúdos e recursos didáticos indicados permitem uma apropriação da categoria trabalho no Ensino Fundamental e EJA mais abrangente, para além da apropriação técnico-instrumental.

Nesse sentido, segundo Frigotto (2009), as nossas crianças e jovens necessitam compreender esta categoria trabalho como produtora de valores de uso para atender primeiramente as necessidades básicas de todos os seres humanos, ou seja, precisam reconhecer no trabalho a sua dimensão ontocriativa e social, rompendo com a pedagogia do trabalho que tem se preocupado mais com a formação de profissionais competentes para a reprodução do capital e incompetentes para a produção da vida digna e emancipada.

Referências Bibliográficas

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. *Revista Brasileira de Educação*. V.14, n. 40 – jan/abr. 2009.

LUKÁCS, Gyorgy. *Ontologia do ser social* – os princípios ontológicos fundamentais de Marx - tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979

MACHADO, Lucília. Trabalho e Educação como objeto de investigação. In. *Trabalho e Educação*, revista do Nete – jul/dez – 2005 - vol. 14 nº 2

MANACORDA, Mario Alighiero. *História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2006

MST. *Dossiê MST Escola: Documentos e Estudos 1990-2001* – Caderno de Educação n. 13. 2 ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer Pesquisa Qualitativa*. Recife: Ed. Bagaço, 2005

PISTRAK, Moisey M. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

RUMMERT, Sônia Maria. *Educação e identidade dos trabalhadores: as concepções do capital e do trabalho*. São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto, 2000.

TREIN, Eunice; CIAVATTA, Maria Aparecida. O percurso teórico e empírico do GT Trabalho e Educação: uma análise para debate. *Revista Brasileira de Educação*. Set/Out/Nov/Dez. 2003